

Brasil tenta barrar tarifaço em última semana de negociação

O presidente Lula mantém postura de que as tarifas são injustas e injustificáveis e afirmou que a obrigação do governo é manter a negociação com os EUA até o último momento

PRAZO FINAL

AGÊNCIA O GLOBO

O prazo para que o governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, decida sobre a ampliação das tarifas sobre os produtos brasileiros acaba amanhã. A gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva avalia que o cenário mais provável é que os Estados Unidos decidam pela tarifaço.

Se aplicado, a medida vai representar uma elevação de 25% sobre as importações do Brasil. Apesar disso, o petista se reuniu com auxiliares na última sexta-feira no Palácio do Planalto e pediu que as negociações sejam mantidas até o último dia.

Em reunião com os ministros das Relações Exteriores, Mauro Vieira e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, Lula avaliou o cenário e considerou que o caminho mais provável é de que haja a retaliação. O presidente brasileiro mantém postura de que as tarifas são injustas e injustificáveis e afirmou que a obrigação do governo é manter a negociação com os EUA até o último momento.

Também se discutiu sobre a possibilidade de mais uma reunião com Jamieson Greer, Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), até



Estimativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que 4,1 mil produtos exportados pelo Brasil aos EUA podem ser afetados pelo tarifaco FOTO: TANIA REGO/AGÊNCIA BRASIL

esta quarta-feira. O encontro não está marcado.

A avaliação é de que a sanção afeta setores inteiros da economia brasileira e que o Brasil não fará nenhuma concessão, como as que envolvam o Pix.

Desde a reunião de Lula com Donald Trump na Casa Branca em maio, quando se tratou do tarifaço, o governo brasileiro se reuniu quatro vezes com Greer. O governo também espera que, se decidirem pelo tarifaço definitivo, os Estados Unidos anteci-

per os itens que serão tarifados antes do comunicado oficial. Estimativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que 4,1 mil produtos exportados pelo Brasil aos EUA podem ser afetados

pelo tarifaço, entre os quais: açúcar bruto, álcool etílico, molduras de madeira e hidróxido de alumínio.

REAÇÃO

A partir da decisão do governo americano nesta quarta-feira, o Palácio do Planalto vai calibrar uma resposta e passar a discutir a reação. A possibilidade de reciprocidade no tarifaço ainda não é discutida no detalhe, pois, para o governo, ainda é imprevisível a lista de produtos que sofrerá as sanções.

Auxiliares de Lula explicam que é fundamental aguardar a decisão e ver item a item que sofrerá com a tarifa, para só então medir e planejar a reação do governo brasileiro.

PIX

O tarifaço foi sugerido pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), órgão responsável pela política comercial do país, e classifica uma série de produtos, políticas e práticas comerciais como "irracionalistas" ou capazes de restringir o comércio norte-americano. A investigação foi aberta em julho de 2025 por determinação do presidente dos EUA, Donald Trump, com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, instrumento já utilizado em disputas comerciais contra a China. Entre os pontos apontados pelo relatório, os americanos estão sistematicamente desvalorizando

ma brasileiro de pagamentos instantâneos, o Pix.

Segundo o relatório, o Banco Central do Brasil atuaria simultaneamente como regulador e operador do sistema, criando vantagens competitivas em relação a empresas privadas estrangeiras que oferecem serviços de pagamento digital.

REDES SOCIAIS

Os EUA também questionam decisões de tribunais brasileiros envolvendo plataformas digitais.

O documento afirma que autoridades judiciais emitiram ordens sigilosas para remoção de conteúdos políticos e suspensão de perfis em redes sociais, inclusive de residentes nos Estados Unidos.

Acordo criará mercado aéreo único na América do Sul

AVIAÇÃO

André Borges
FOLHAPRESS

O plano de criar um mercado único de aviação civil na América do Sul dará seu primeiro passo concreto nesta terça-feira (14). Brasil, Argentina, Paraguai e Chile assinam, em Assunção, um memorando de entendimento para abrir o espaço aéreo a companhias desses países.

Batizado de Acordo para Alas (Liberalização Aérea para o Desenvolvimento do Céu Único Sul-americano), o documento estabelece as bases para integrar o transporte aéreo e prevê um prazo de até 12 meses para elaboração de medidas regulatórias comuns que permitam ampliar, gradualmente, a liberdade de operação das companhias aéreas da região.

Como mostrou reportagem da Folha de S. Paulo, em maio o governo já vinha preparando um protocolo multilateral para criar um mercado integrado de aviação na América do Sul.

O modelo é inspirado nas regras da União Europeia, permitindo que empresas brasileiras operem em países vizinhos e que estrangeiras também passem a atuar em rotas domésticas no Brasil, mediante acordos de reciprocidade. Com o memorando, o plano deixa de ser apenas uma proposta e passa a ter um ins-

trumento oficial de cooperação entre os países. Hoje, a legislação brasileira determina que voos domésticos (realizados entre duas cidades do território nacional) só podem ser operados por empresas constituídas no Brasil. Essa regra teria o objetivo de preservar o mercado doméstico para companhias nacionais. Ocorre que é justamente a falta de novas companhias e rotas que tem segurado a expansão do setor, que hoje tem basicamente três companhias aéreas em operação: Azul, Gol e Latam.

O plano do governo é flexibilizar essa restrição, adotando um modelo que já existe na Europa, conhecido no setor aéreo internacional como "8ª liberdade do ar". Esse modelo permite que uma empresa estrangeira transporte passageiros entre duas cidades de outro país desde que o trecho faça parte de sua rota internacional.

BARREIRAS

O objetivo é eliminar parte das barreiras que hoje limitam a atuação das empresas aéreas apenas ao seu país de origem. Atualmente, uma companhia brasileira pode voar para Buenos Aires ou Santiago, por exemplo, mas não pode transportar passageiros entre duas cidades argentinas ou chilenas.

[illegible]